

**XU Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica**

**28º**

Encontro de Iniciação Científica da UENF

**20º**

Circuito de Iniciação Científica do IFFluminense

**16º**

Jornada de Iniciação Científica da UFF



**UIII Congresso Fluminense de Pós-Graduação**

**23ª**

Mostra de Pós-Graduação da UENF

**8ª**

Mostra de Pós-Graduação do IFFluminense

**8ª**

Mostra de Pós-Graduação da UFF

## Transparência Passiva nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos/RJ

*Rogério Lucas Fernandes Rocha (Bolsista IC), Nilo de Lima Azevedo (Orientador)*

A transparência pública é um elemento importante para a promoção de uma sociedade democrática e está associada à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11) que busca garantir o direito ao acesso à informação, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal do Brasil de 1988. A transparência pública divide-se em Ativa e Passiva, esta última de especial interesse para esse trabalho. A transparência passiva diz respeito à possibilidade de uma pessoa física ou jurídica efetuar um pedido de informação junto aos órgãos municipais. Essa solicitação pode ser realizada presencialmente, diretamente na prefeitura municipal, ou de forma online, através de um Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Esta pesquisa tem como objetivo analisar o grau de transparência passiva nos municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos/RJ, a saber: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra. A presente pesquisa utiliza como metodologia, a Escala Brasil Transparente (EBT), da Controladoria Geral da União (CGU), que possibilita estimar o grau de transparência pública – ativa e passiva - de Estados e Municípios. No tocante à transparência passiva, a metodologia consiste em: (i) entrar no site da prefeitura ou no portal de transparência para identificar a existência do e-SIC no município; (ii) no caso da existência do e-SIC, realizar o cadastro no mesmo, se necessário; (iii) enviar solicitações (perguntas); (iv) acompanhar o status da solicitação, para analisar se a devolutiva ocorre dentro do prazo legal; e (v) analisar o teor da devolutiva, ou seja, se o conteúdo da resposta condiz ao que foi demandado. O processo de análise do grau de transparência passiva envolve a existência e o acesso à plataforma (se há o uso de exigências que dificultem ou impossibilitem o acesso a informação, como por exemplo, captchas), o cadastro no sistema (uso de senhas), o teor das respostas e o prazo legal para a devolutiva ao solicitante. Através deste processo estima-se o índice de transparência passiva, que varia de 0 (para o município que não tem transparência nenhuma) a 50 (para o município que cumpre satisfatoriamente todas as exigências da LAI para a transparência passiva). De acordo com a metodologia descrita, foram enviadas 03 perguntas para cada um dos onze municípios produtores de petróleo da Bacia de Campos/RJ. Como resultados foram avaliados, de acordo com os critérios estipulados pela EBT/CGU, observou-se a fragilidade da transparência passiva nesses municípios, uma vez que poucos retornaram para os solicitantes a demanda.

*Instituição do Programa de IC, IT ou PG: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - Projeto Territórios do Petróleo (PEA-TP)*

*Eixo temático: Ciências Sociais Aplicadas*

*Fomento da bolsa (quando aplicável): FUNDENOR/PETROBRAS*

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:

APOIO:



**XV Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica**

**28º**

Encontro de Iniciação Científica da UENF

**20º**

Circuito de Iniciação Científica do IFFluminense

**16º**

Jornada de Iniciação Científica da UFF



**UIII Congresso Fluminense de Pós-Graduação**

**23ª**

Mostra de Pós-Graduação da UENF

**8ª**

Mostra de Pós-Graduação do IFFluminense

**8ª**

Mostra de Pós-Graduação da UFF

## Passive Transparency in the oil-producing municipalities of the Campos Basin, Rio de Janeiro

*Rogério Lucas Fernandes Rocha, Nilo de Lima Azevedo*

Public transparency is an important element for promoting a democratic society and is associated with the Access to Information Law (Law nº 12,527/11) that seeks to guarantee the right to access information, as provided in the Brazilian Federal Constitution of 1988. Public transparency is divided into Active and Passive, with the latter being of special interest for this study. Passive transparency refers to the possibility for individuals or entities to make information requests to municipal agencies. This request can be made in person, directly at the municipal government office, or online through a Citizen Information Service (e-SIC). This research aims to analyze the degree of passive transparency in the oil-producing municipalities of the Campos Basin, Rio de Janeiro, namely: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco do Itabapoana, and São João da Barra. This research utilizes the Brazil Transparent Scale (EBT) developed by the Office of the Comptroller General of the Union (CGU), which allows estimating the degree of public transparency, both active and passive, of states and municipalities. Regarding passive transparency, the methodology consists of: (i) accessing the municipality's website or transparency portal to identify the existence of e-SIC in the municipality; (ii) if e-SIC exists, registering in the system if necessary; (iii) submitting requests (questions); (iv) tracking the status of the request to analyze whether the response is provided within the legal timeframe; and (v) analyzing the content of the response to determine if it corresponds to the requested information. The analysis of the degree of passive transparency involves assessing the existence and access to the platform (including any requirements that may hinder information access, such as captchas), registration in the system (use of passwords), the content of the responses, and the legal deadline for providing the response to the requester. This process allows estimating the passive transparency index, which ranges from 0 (for municipalities with no transparency at all) to 50 (for municipalities that satisfactorily comply with all the requirements of the Access to Information Law for passive transparency). According to the described methodology, three questions were sent to each of the eleven oil-producing municipalities in the Campos Basin, Rio de Janeiro. As a result, evaluated according to the criteria established by EBT/CGU, the research identified a weakness in passive transparency in these municipalities, as only a few responded to the requests made.

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:



APOIO:

